



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

IFUNDO DE APOSENTADORIA E PENSÃO DO SERVIDOR – FAPS

**REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO DELIBERATIVO DO FAPS**

ATA Nº 20/2014

Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às nove horas e dezesseis minutos, na Sala de Reuniões do Instituto, em Reunião Ordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Deliberativo do FAPS: Cezira Höckele; Cristiane Beltrame Padilha; Rosane de Fátima Carneiro; Rosângela Palmira Della Vecchia; José Marly dos Santos Brandão; Gilberto de Oliveira Ramos e Elenita Paulina Sasso conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, Maria Elisa Gallina dos Santos; Maria Cristiane Vieira da Silva e Sonia Beatriz Suzin. A ausência da Conselheira Rosimeri foi justificada. Foram convidados a participar da reunião Susan Blumm, Diretora Administrativa do FAPS, e Vinicius de Vargas Bacichetto, Diretor Financeiro do FAPS. A Presidente do Conselho, Cristiane Beltrame Padilha, iniciou a reunião com a leitura e apreciação da pauta: solicitação do Sindicato sobre a incorporação do difícil acesso, minuta da Resolução do Rateio do FAPS e do IPAM-SAÚDE e assuntos gerais. A pauta foi aprovada por unanimidade. Em seguida foi passado para o primeiro ponto da pauta que se refere à solicitação do Sindicato sobre a incorporação do difícil acesso. Cezira informou que recebeu o documento e despachou para a Procuradoria do Instituto realizar análise. Elenita comentou que sugeriu que fosse encaminhado para conhecimento deste Conselho este documento que o Sindicato questionou se estava sendo reconhecido o direito à incorporação da gratificação de difícil acesso. Susan esclareceu como funciona o direito à incorporação, ou seja, a diferença entre a convocação através de Portaria e o que está previsto no Estatuto onde se fala em percepção, sendo que nas férias os servidores não recebem difícil acesso. Ela acrescentou que para incorporar tem que completar 2.920 (dois mil novecentos e vinte dias) dias de percepção. Elisa questionou se o difícil acesso, que é de natureza indenizatória, pode incorporar. Elenita disse que este é um dos pontos questionáveis, posto que embora o Estatuto reporte que se trate de uma verba indenizatória no artigo 162 (cento e sessenta e dois), o mesmo Estatuto, no artigo 161 (cento e sessenta e um), prevê a incorporação. Cristiane Padilha questionou qual será o esclarecimento que o FAPS irá fazer para os servidores sobre esta questão. Susan respondeu que desde 2011 (dois mil e onze) isso é aplicado, desde o questionamento do Tribunal de Contas sobre a necessidade de percepção da gratificação e somente agora estes questionamentos estão sendo realizados. Rosângela sugeriu colocar no Informativo do IPAM estas informações. Ficou decidido que será respondido para o Sindicato com o Parecer nº 173/2011 (cento e setenta e três barra dois mil e onze), constante no Processo Administrativo nº 381/2011 (trezentos e oitenta e um barra dois mil e onze), além destas informações serem divulgadas no Informativo do IPAM e na Cartilha do FAPS que está sendo elaborada. Conforme sugestão do Vinicius será divulgado, também, no site do IPAM nas "Perguntas e Respostas". No que diz respeito à minuta da Resolução do Rateio do FAPS e do IPAM-SAÚDE, segundo ponto de pauta, Vinicius esclareceu que a ideia é que esta nova Resolução entre em vigor a contar de primeiro de janeiro de 2015 (dois mil e quinze), em seguida ele leu a minuta e justificou que as alterações propostas são para adequar às despesas do FAPS e do IPAM-SAÚDE. Ele informou que hoje as despesas são divididas na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) para o FAPS e 75% (setenta e cinco por cento) para o IPAM-SAÚDE. Cristiane Padilha questionou se esse percentual corresponde com a verdade no que se refere ao volume de despesas com o pessoal. Susan informou que os servidores são distribuídos para fechar este percentual. Vinicius comentou que eles não sabem porque este percentual foi decidido. Susan falou que buscou o processo anterior, referente ao rateio, e que consta um levantamento de todos os setores comuns ao FAPS e ao IPAM-SAÚDE onde as pessoas informaram o percentual de trabalho em cada um, sem dados estatísticos. Ela acrescentou que no final do levantamento a média dos percentuais corresponde a 50% (cinquenta por cento) para cada um, no entanto ficou definido o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para o FAPS e 75% (setenta e cinco por cento) para o IPAM-SAÚDE. Susan citou, como exemplo, o Setor de Cadastro que fará o recadastramento dos aposentados e pensionistas durante todo o ano o correto é dividir. Maria Cristiane disse que este processo foi aberto tendo em vista que como as despesas eram divididas meio a meio acabava onerando muito a folha de pagamento do FAPS. Vinicius salientou que antes o rateio da Folha de Pagamento era no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) para o FAPS e 75% (setenta e cinco por cento) para o IPAM-SAÚDE, sendo que era calculado sobre o total da folha e, que, conforme a proposta apresentada hoje será de 50% (cinquenta por cento) apenas sobre os servidores que exercem suas funções tanto para o IPAM-SAÚDE quanto para o FAPS. Cristiane Padilha questionou como os Conselheiros irão deliberar mais despesas para o FAPS sem terem dados concretos. Cezira pontuou que, às vezes, não nos damos conta de algum item que podemos trazer para a reunião, mas que os Conselheiros podem solicitar esclarecimentos e juntada de documentos. Cristiane Padilha disse que isso já é recorrente. Cezira acrescentou

R. Cezira Höckele
Cristiane Beltrame Padilha
Rosane de Fátima Carneiro
Rosângela Palmira Della Vecchia
José Marly dos Santos Brandão
Gilberto de Oliveira Ramos
Elenita Paulina Sasso
Maria Elisa Gallina dos Santos
Maria Cristiane Vieira da Silva
Sonia Beatriz Suzin
Susan Blumm
Vinicius de Vargas Bacichetto



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

que nada impede a colaboração dos Conselheiros no sentido de alertar para juntada de determinada informação. Sonia comentou que neste item em específico, em sua opinião, a redação deveria ser melhorada porque ficou confusa. Vinicius esclareceu que já que temos uma estrutura única temos que fazer este jogo no centro de custo da questão contábil, visando que fique justo dentro desta estrutura para evitar que a SAÚDE pague pelo FAPS e vice-versa. Ele informou que a proposta é de que quem trabalhe exclusivamente para a SAÚDE ou para o FAPS receba de cada um e, aqueles que trabalham para ambos sejam divididos. Rosângela questionou se o rateio era efetuado sobre o total da folha de pessoal. Vinicius respondeu que sim. Susan apresentou um levantamento onde consta quais os servidores que trabalham somente para a SAÚDE, aqueles que trabalham exclusivamente para o FAPS e aqueles que trabalham para ambos, nas áreas comuns. Ela acrescentou que isso repercutirá, hoje, numa redução de gastos de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) por mês. Vinicius salientou que o proposto é o pagamento para os servidores que de fato exercem suas atividades para o FAPS e o rateio somente para as áreas em comum. Brando questionou como está a divisão atual dos servidores no Instituto e se é possível que esta tabela seja disponibilizada para os Conselheiros. Susan respondeu que os 57 (cinquenta e sete) servidores do Instituto estão divididos da seguinte forma: 31 (trinta e um) trabalham exclusivamente para a Saúde; 08 (oito) para o FAPS e 18 (dezoito) exercem atividades comuns aos dois. Brando propôs que seja agendada uma reunião extraordinária, na próxima semana, para debatermos sobre este assunto, após o envio da tabela solicitada anteriormente. Cristiane Padilha questionou se os Conselheiros acham que tem condições de votar hoje e solicitou que conste em ata que: *"nas convocações que a Márcia nos manda foi acrescentado no final que: qualquer dado complementar tem que ser solicitado com antecedência e quando a gente for definir este tipo de questão tragam uma tabela, tragam um quadro, tragam dados gente, mandem pra gente com tempo. Junto com a convocação venham as informações... como é que a gente vai deliberar sobre onerar mais o FAPS sabendo que nós estamos com problemas financeiros e vamos deliberar baseado no que mesmo? Na confiança dos colegas servidores? É complicado né? Que fique frisado em ata que isso não aconteça mais."* Vinicius pediu, também, que conste em ata que: *"em caso de por algum motivo nós nos esquecermos e não enviarmos algum documento que os Conselheiros solicitem os mesmos."* Cristiane Padilha solicitou novamente quem são os Conselheiros que se sentem aptos a votarem hoje. Brando falou que, por questão de ordem, fez uma proposta para que fossem repassados os materiais que foram apresentados e que na próxima semana fosse agendada uma reunião extraordinária para decidirmos sobre o assunto. Ele reforçou que seja levada em consideração a sua sugestão, o seu encaminhamento. Ficou decidido que será realizada a reunião extraordinária no dia 11 (onze) de dezembro do corrente, às 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, com a seguinte pauta: apreciação e assinatura das atas, calendário das reuniões para o ano de 2015 (dois mil e quinze) e, a minuta da Resolução do Rateio do FAPS e do IPAM-SAÚDE. Nos assuntos gerais: **a)** Cristiane Padilha solicitou que seja realizado um relato sobre a cartilha do IPAM, pois ela não pode comparecer na reunião que tratava sobre o assunto. Susan comentou que se reuniram na semana passada e foi decidido o modelo da Cartilha e revisado o texto. Ela comentou que a única coisa que está pendente é a realização dos orçamentos e que, em função do custo será realizada uma licitação para a impressão. Susan salientou que a previsão é de que em março de 2015 (dois mil e quinze) ela esteja confeccionada e pronta para que se possa começar a realizar o trabalho em campo. Ela acrescentou que, após a inclusão das informações sobre as incorporações, a cartilha será apresentada para a aprovação. **b)** Cristiane Padilha falou que no dia que agendaram a reunião sobre o estudo do impacto da educação infantil e a educação integral sobre o atuarial (funções gratificadas dos professores), que foi deliberado na última reunião, ela não conseguiu comparecer devido a uma convocação no seu local de trabalho e após não conseguiram ajustar as agendas. Ela acrescentou que enviou alguns questionamentos os quais a Cezira encaminhou para a Secretaria de Recursos Humanos e Logística que tiveram como retorno que *"os assuntos em questão estão sob estudo inexistindo proposta ainda, projeto ou deliberação sobre os mesmos para que possamos apreciar o impacto e a repercussão destas no Regime Próprio de Previdência. Cabe destacar que o Município contratou consultoria que está efetuando diagnóstico e apresentará estudo e diagnóstico pertinentes"*. Cristiane informou que os questionamentos realizados por ela foram: Como é que o Município vai dar conta da educação infantil até 2016 (dois mil e dezesseis): se será com servidor concursado ou vai ser de outra forma; se isso vai impactar; se vai ter um quadro específico para a educação infantil ou não; com relação a educação integral: os professores que estão hoje com 20 (vinte) horas poderão optar por 40 (quarenta) horas assim como quem era do quadro geral que tinham 20 (vinte), 33 (trinta e três) horas optaram pela ampliação da jornada regular; se isso também seria aplicado; porque tudo isso vai interferir no nosso processo de aposentadoria. Ela salientou que é importante que o FAPS esteja sempre muito atento a tudo que acontece na vida real, digo, enquanto estamos no exercício da função para que depois disso não impacte de forma muito complicada. Elenita destacou que é importante destacar que temos que resguardar o FAPS, pois juntamente com o que for pensado se estude igualmente a equidade no plano, para que não tenhamos que ficar correndo atrás porque teve várias leis que acabaram gerando déficit no FAPS. Ela salientou que junto aos estudos que estão sendo realizados na Administração seja levada em conta qual a repercussão que isso trará ao FAPS. Além de que sugeriu que seja elaborado um documento para externar a preocupação deste Conselho em relação a isso, visando que na hora da proposição seja visualizado como as mudanças irão impactar no fundo. Rosângela informou que no Conselho anterior foi feito um documento solicitando que na Comissão que estava fazendo o estudo no novo plano de carreira tivesse alguém do FAPS participando e não fomos atendidos. Ela disse que a preocupação

A B M

Pin

S.

Ja

SP

João

MÁRCIA

9



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

do Conselho anterior era o fato de que na Administração são feitas as leis e não é pensado no que vai refletir no fundo. Cristiane Padilha pontuou que no começo deste ano, em vários momentos, foi frisado nestas reuniões de que nós tínhamos que nos manifestar enquanto FAPS, em relação ao plano de carreira e, se posicionou para que fossem feitos alertas e indicativos de preocupações. Sônia falou para a Cristiane que isso faz parte de um planejamento sistêmico e integrado que é do contexto e não tem como estar dissociado. Além de que esta é uma preocupação de todo mundo e não individualizado. Rosane disse que não é uma preocupação somente deste Conselho, mas de toda a categoria. Brando sugeriu trazer o pessoal da Administração e do Sindicato para pensarmos sobre estas questões para depois fazermos um estudo com o atuário sobre este impacto. Para ele o problema é que não sabemos o que está sendo pensado, pois todas as composições que serão feitas no fechamento da lei terá anuência da SMED, do Sindicato e da Administração e irão impactar no FAPS. Rosane comentou que na ata da Comissão do Plano de Carreira consta de que tudo o que fosse discutido que gerasse impacto fosse encaminhado ao FAPS. Cezira sugeriu que este Conselho solicitasse que o grupo da Comissão de estudo do Plano de Carreira nos recebesse, numa de suas reuniões, para que eles ouvissem as nossas preocupações mais pontuais, o que seria importante ser observado. **c)** Cristiane Padilha sugeriu que seja realizada alguma atividade de encerramento dos trabalhos deste Conselho referente ao final de ano. Ficou decidido que será realizada no dia 17 (dezessete) de dezembro do corrente, às 19 (dezenove) horas, no Zarabatana. **d)** Cristiane Padilha pediu como será o calendário das reuniões no período de férias. Vinicius informou que as datas das reuniões devem, conforme prevê a legislação, estarem divulgadas, ou seja as mesmas são colocadas no site do Instituto. **e)** Brando informou que o Tribunal de Contas realizou apontamentos (quest'onamentos) referente a certificação do CPA-10 para os gestores que atuam na área de investimentos dos RPPSs. Eles notificaram os RPPSs de Bento Gonçalves, Carlos Barbosa e Caxias do Sul e sugeriram que esta certificação não á a competente para tal função e que a adequada seria a CGA. Brando comentou que no entendimento do AGIP é de que CGA é para quem trabalha com a compra e venda de títulos imobiliários que não é o nosso caso. Ele acrescentou que, num primeiro momento, devemos fazer uma defesa administrativa com base nas informações do Ministério da Previdência Social tendo em vista que se houvesse alguma irregularidade em relação a cerificação dos gestores o Ministério não liberaria o CRP (Certificado de Regularidade Previdenciária). Elenita informou que este aponte foi feito para os gestores do IPAM e que nem as pessoas que lidam com os recursos do País, possuem esta certificação, além de que no Brasil existem apenas 524 (quinhentos e vinte e quatro) pessoas que têm esta certificação. Ficou decidido que: **1.** Em relação a solicitação do Sindicato sobre a incorporação do difícil acesso, será respondido com o Parecer nº 173/2011 (cento e setenta e três barra dois mil e onze), constante no Processo Administrativo nº 381/2011 (trezentos e oitenta e um barra dois mil e onze), além destas informações serem divulgadas no próximo Informativo do IPAM e na Cartilha do FAPS que está sendo elaborada. Conforme sugestão do Vinicius será divulgado, também, no site do IPAM nas "Perguntas e Respostas". **2.** Ficou decidido que será realizada a reunião extraordinária no dia 11 (onze) de dezembro do corrente, às 08 (oito) horas e 30 (trinta) minutos, com a seguinte pauta: apreciação e assinatura das atas, calendário das reuniões para o ano de 2015 (dois mil e quinze) e, a minuta da Resolução do Rateio do FAPS e do IPAM-SAÚDE. **3.** Ficou decidido que será realizado um happy hour dos Conselheiros no dia 17 (dezessete) de dezembro do corrente, às 19 (dezenove) horas, no Zarabatana. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelos demais presentes.

MARCIA ARAUJO . Cristiane Padilha Sônia de Oliveira Jerúcia